

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

9ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 2018

Data: 13 de dezembro de 2018

Horário: 9h00

Local: Auditório da Secretaria da Habitação - Rua Boa Vista, 170 - 15º andar - São Paulo- Centro - SP.

Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:

SEGMENTO ESTADO

Luiz Fernando Carneseca	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
Seica Ono	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
Daniel Jesus de Lima	Empresa Metrp. Águas e Energia - EMAE
Gilson Gonçalves Guimarães	Cia. Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB
Helio Rubens Figueiredo	SABESP
Laura Stela N. Perez	Secretaria do Meio Ambiente - SMA
Monica Therezinha Rossi	CDHU
Letícia Roberta Trombeta	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
Gerson Salviano A. Filho	IPT
Augusto O. Leite	Secretaria de Logística e Transportes-IDH
Paulo Sérgio de Almeida Leme	Secretaria da Fazenda
Suellen França Lima	Fundação Florestal

SEGMENTO MUNICÍPIOS

José R. P. Tostes	Mairiporã
Miguel Reis Afonso	Suzano
Vanessa C. Duarte Apolinário	Santana de Parnaíba
Solange Wuo F. Ribeiro	Salesópolis
Humberto R. da Silva	S. B. do Campo

SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL

Francisco de Assis R. Além	FIESP – São Paulo
Silene B. de Godoy Purificação	SENAC
Jorge L. Silva Rocco	CIESP - SP
Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP – Alto Tietê
Juliana Geseira	Sindicato Rural de Mogi das Cruzes
Vanessa L. N. Dias	SINDUSCON
Marcelo Sampaio	SINDPEDRAS
Francisca Adalgisa da Silva	APU – SABESP
Amauri Pollachi	APU – SABESP

38 Shindi Kiyota UNIAGUA

39 **CONVIDADOS PERMANENTES**

40 Leandro Henrique F. Leme	Ministério Público Estadual
41 Ana Sedlacek	FABHAT
42 Mayara A. Trivinho	FABHAT
43 Valburg S. Santos Jr.	FABHAT
44 Fernanda G. Del Sole	FABHAT

45 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

46 **1. Abertura.** O Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto
47 Tietê-CBH-AT, Francisco de Assis R. Além (FIESP) abriu a reunião
48 constatando existência de quórum e agradecendo a presença de todos.

49 **2. Leitura, discussão e votação da ata 8ª Reunião Plenária de 2018,**
50 **de 05/09/2018. A ata foi aprovada por unanimidade.** **3. Expediente,**
51 **Comunicações e Ordem do Dia.** O Secretário Executivo do Comitê
52 CBHAT, Luiz Fernando Carneseca (DAEE) comunicou os expedientes
53 que foram enviados e recebidos desde a última plenária do Comitê,
54 disponibilizados no site SIGRH no endereço
55 <http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhat/documentos.de2018.pdf>.

56 **4. Deliberações. 4.1. Aprova o parecer técnico sobre o EIA RIMA da**
57 **Ampliação do Aterro Sanitário CDR Pedreira em Guarulhos.**
58 **Aprovado pela Deliberação CBH-AT Nº 62 de 13/12/2018 com a**
59 **supressão dos itens 3.6 e 3.7 do parecer técnico.** Amauri Pollachi,
60 Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação
61 (CTPA) apresentou, com as seguintes recomendações estabelecidas no
62 item 3 do parecer da CTPA para prosseguir o processo de licenciamento
63 ambiental: 3.1-Especificar detalhadamente o monitoramento da
64 qualidade das águas, contendo um plano de ação de contingência para
65 situações de constatação de contaminação; 3.2-Realizar as
66 compensações ambientais decorrentes do processo de licenciamento,
67 caso exigidas, nas proximidades ao empreendimento, em especial a
68 APA Cabuçu-Tanque Grande; 3.3-Protger devidamente as
69 canalizações de drenagem contra infiltrações; 3.4-Implantar um sistema
70 de aproveitamento de água da chuva para aspensão de vias do aterro
71 sanitário; 3.5-Implantar um sistema de reuso para aproveitamento das

72 águas cinzas referente ao banho dos funcionários, os lavatórios, para as
73 descargas dos sanitários, etc; 3.6-Intensificar a redução da quantidade
74 de resíduos depositada no aterro mediante ações de coleta seletiva e de
75 reciclagem conforme previsto na PNRS; 3.7-No decorrer da operação:
76 3.7.1-inserir no projeto a previsão de ampliação da capacidade das
77 unidades de compostagem, unidade de biodigestão anaeróbica e de
78 triagem de reciclagem; 3.7.2-processar o resíduo orgânico do Ceasa, de
79 mercados e de feiras à parte do resíduo orgânico de origem domiciliar e;
80 3.7.3-utilizar o gás captado por sistemas de drenagem para a geração
81 de energia. Jorge Rocco (CIESP) fez considerações, sobre o item 3.4
82 do parecer, disse “existe essa alternativa do ponto de vista operacional,
83 porém a norma da ABNT estabelece parâmetros então não sei como
84 seria para um aterro sanitário a viabilidade de exigir o escoamento de
85 água de chuva para aproveitamento, e isso não está previsto, então
86 acho complicado tecnicamente”, já sobre o item 3.5, seria viável, mas
87 também dependeria das recomendações de uma norma técnica e
88 estudo de viabilidade técnica-econômica, tendo muito claro a equipe
89 técnica e o responsável técnico para o tratamento atendendo
90 normativas da ABNT e do próprio CNRH. Sobre o item 3.6 disse que
91 intensificar a redução da quantidade de resíduos depositada no aterro
92 mediante ações de coleta seletiva e de reciclagem conforme previsto na
93 PNRS, na política de resíduos sólidos está estabelecido que a
94 competência de coleta seletiva e reciclagem é da municipalidade e o
95 parecer sobre o EIA rima era uma concessão de um empreendimento
96 particular, pessoa jurídica. Do item 3.7 entendeu que também o assunto
97 precisava de amadurecimento inclusive junto às municipalidades, sobre
98 o plano municipal de gestão integrada dos resíduos sólidos, senão
99 estariam levantando hipóteses, novamente sem ter um olhar técnico,
100 além do que estava previsto não a captação, mas a queima pelo
101 EIA/RIMA, uma técnica aceitável. Solange Wuo (P.M de Salesópolis)
102 ponderou que na Câmara Técnica surgiu a proposta do tratamento dos
103 resíduos, mas o objeto em consideração era sobre um aterro, “na
104 verdade na política a evolução seria o tratamento, um desejo de todos”,
105 mas não conseguiriam transformar em uma central de tratamento. **4.2.**
106 **Aprova o parecer técnico sobre o EIA/RIMA Implantação do BRT**
107 **Metropolitano Perimetral Alto Tietê. Aprovado pela Deliberação CBH-**
108 **AT N° 63 de 13/12/2018 com a supressão do termo “do entorno” de**

109 APM ou APRM, no item 3.1 do parecer técnico. Amauri também
110 apresentou, em síntese, a principal questão levantada pela CTPA foi
111 sobre a possibilidade de assoreamentos causados por erosões
112 agravando a situação dos sistemas de drenagem já implantados na
113 região e apontou que em relação aos impactos foram propostos uma
114 série de programas ambientais como o Gerenciamento de Áreas
115 Contaminadas; Gerenciamento de Resíduos; Educação Ambiental (EA);
116 Controle de Processos Erosivos; Plano de Manejo Arbóreo e Controle
117 de Supressão de Vegetação. A CTPA recomendou para prosseguir o
118 processo de licenciamento ambiental: Que o reassentamento ou
119 realocação das famílias afetadas diretamente pela execução do
120 empreendimento observe como parâmetro a sua implantação em áreas
121 não situadas em regiões protegidas, inclusive fora do entorno de APM
122 ou APRM, atendidos os critérios para remoções involuntárias definidos
123 nas legislações federal, estadual e municipal; e que as compensações
124 ambientais decorrentes do processo de licenciamento sejam destinadas
125 à aplicação nas Unidades de Conservação mais próximas da Área
126 Diretamente Afetada (ADA) e que apresentam maior suscetibilidade à
127 expansão urbana ou cuja implantação ainda está em fase inicial. O
128 termo “do entorno” de APM ou APRM gerou debates, chegando a ser
129 decidido por votação definindo a supressão do termo. **4.3. Aprova**
130 **critérios para análise e hierarquização para financiamento com**
131 **recursos do FEHIDRO 2019.** Aprovado pela Deliberação CBH-AT Nº
132 63 de 13/12/2018. Josué Barranco, Coordenador da Câmara Técnica de
133 Gestão e Investimentos (CTGI) apresentou, em síntese, a CTGI se
134 reuniu por cerca de dez vezes para chegar no consenso. Enfatizou que
135 trabalharam baseados nas ações prioritárias do Plano de Bacia. No
136 Artigo 8º estabeleceram as bases de definição por critério matemático
137 introduzindo o fator K como prioridade de acordo com o exposto no
138 Anexo II. No Artigo 12, a novidade que a FABHAT poderá ser tomadora
139 de recursos para 2019, somente para empreendimentos considerados
140 prioritários, como a elaboração de um plano de Educação Ambiental
141 (EA) para toda a bacia. Que, logo nas primeiras semanas de fevereiro
142 realizarão uma oficina técnica tendo como público os tomadores de
143 projetos. A introdução do fator K como apoio às decisões de gestão,
144 contou com a colaboração de Marcos Paulo Lallo Sartori fruto de sua
145 tese pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, na Faculdade

146 de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo Recursos Hídricos,
147 Energéticos e Ambientais, com orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos
148 Zuffo, como Método para elaboração de critérios de investimentos a ser
149 utilizado em Comitês de Bacias Hidrográficas, Marcos disse “em resumo
150 o K é um coeficiente ponderador, que multiplica a somatória das notas
151 técnicas mais a nota de gestão, e esses valores variam de 1 a 0.56,
152 sendo o 1 as mais preferíveis de acordo com o Plano, estabelecidas de
153 acordo com 5 critérios base: I-ações imediatas para 2019; II-ações
154 FEHIDRO prioridade sobre as ações setoriais; III-ações em APM e
155 APRM; IV- ações relacionadas à esgoto nos municípios com menor taxa
156 de coleta e V- ações relacionadas a perdas de distribuição de água, os
157 municípios com perdas maiores têm prioridades (...) as notas do K,
158 foram definidas por meio de comparações relativas efetuadas pelos
159 integrantes da CTGI, e por fim observando o trabalho da Câmara
160 Técnica o fator K proporciona alinhamento dos empreendimentos
161 financiados pelo FEHIDRO com as ações do plano de bacia.”
162 Atendendo o questionamento de Solange sobre os sistemas de
163 drenagem, Gilson Gonçalves Guimarães (CETESB) disse que na
164 Oficina proposta com os Agentes Técnicos e possíveis tomadores,
165 tinham também a intenção de trabalharem com o Plano Diretor de
166 Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê-PDMAT e, Josué disse que
167 estava contemplado no Quadro II da Deliberação, Ações relacionadas
168 no PBHAT passíveis de investimento no item II do artigo 1º pelo item 7.2
169 Execução de projetos e obras estruturais previstas no PDMAT 3.
170 Solange também considerou que a gestão no Comitê avançou para
171 melhor entendimento do tema da Educação Ambiental, disse “mas o
172 FEHIDRO como um todo está com uma visão anterior, a questão que
173 veio à tona, depois que os projetos saem do Comitê indo para os
174 Agentes técnicos, nos deparamos com uma realidade em que somente
175 um Agente técnico terá que avaliar o empreendimento, possivelmente
176 se for uma obra é um Engenheiro que não tem nenhuma formação na
177 área de educação ambiental e o FEHIDRO do jeito que está não abre
178 possibilidades de ter dois Agentes técnicos (...) Então temos a
179 necessidade de fechar o plano de Educação Ambiental do Comitê, um
180 anseio que veio de todos os Comitês conforme ocorreu no Diálogo
181 Interbacias, (...) o pedido é para termos logo essas diretrizes do CRH
182 com o olhar desse Comitê para esses projetos e que nesses dois anos

183 aprovamos, porque é muito assustador pensar por exemplo em dois
184 projetos que seriam de plantio, restauração, recuperação, em Mogi e
185 Salesópolis, que está também nessa linha da EA, e de repente lá na
186 frente ter problema com o Agente Técnico.” Vanessa Cristina (P.M de
187 Santana de Parnaíba) questionou se não poderiam solicitar ao
188 FEHIDRO alterar a análise de projetos em EA. Josué disse que deveria
189 constar do MPO e, Laura Stela Naliato Perez (SMA) disse que a
190 Câmara Técnica poderia solicitar para o Comitê requerer ao FEHIDRO.
191 Francisca Adalgisa da Silva (APU Sabesp), Coordenadora da Câmara
192 Técnica de Educação Ambiental – CTEA, disse que encaminharam
193 sugestões, mas nenhuma foi acatada, inclusive a sugestão de incentivar
194 a apresentação de ações em educação ambiental nos projetos de
195 educação ambiental, de ações, não de projetos, porque dessa forma
196 não implicaria na apresentação de dois projetos. Questionou também
197 sobre o envio de um projeto em educação ambiental, pois foi
198 comunicado o não recebimento, então deveria ser averiguado se o
199 projeto desapareceu do sistema e tomarem as devidas providências.
200 Solicitou para constar em ata que estava solicitando esclarecimentos
201 sobre a revisão do Manual Operacional-MPO-FEHIDRO, pois foi um
202 projeto com custo muito caro, R\$ 1 milhão, e até agora não tinha sido
203 apresentado nenhum resultado, nenhum produto. Informou que o CRH
204 iria deliberar na próxima reunião as diretrizes para elaboração dos
205 planos de educação ambiental para os Comitês de bacia e, como
206 representante da Sociedade Civil, tomaria posse no dia 19 de dezembro
207 como representante da Coordenadoria Estadual de Educação
208 Ambiental, o que era mais um motivo para o Comitê lançar um olhar
209 efetivo para a educação ambiental. Sobre a Deliberação, sugeriu que
210 para conceder investimentos a projetos o sentido correto no uso de
211 recursos seria priorizar uma região que recebeu infraestrutura de esgoto
212 e não se conectou à rede, caberia investimento em educação ambiental,
213 assim como havia ações específicas para outras demandas como o uso
214 correto da rede coletora, e apontou que na Deliberação não havia
215 nenhum indicador para tanto, disse: “também vimos que o Anexo 8 para
216 educação ambiental foi suprimido, na sua totalidade, os critérios, o que
217 era um pouco distinto, mas como vocês já colocaram que está pronto,
218 manifesto a minha contrariedade sobre a supressão porque lá havia
219 diretrizes para a elaboração de projetos em educação ambiental.

220 Estamos nivelando a análise desse projeto como se estivesse olhando
221 para um projeto técnico, o que perde em conteúdo.” Sobre a ausência
222 do projeto, Ana Sedlacek (Secretaria Executiva do CBHAT/FABH-AT),
223 disse que os projetos foram encaminhados, mas comunicaram que não
224 receberam a documentação relacionada à educação ambiental, ou seja,
225 receberam os termos de referência, mas não o termo de referência de
226 educação ambiental, então a Secretaria Executiva encaminhou o
227 documento físico e o Agente técnico alega que não, em contrapartida o
228 COFEHIDRO disse que o Agente técnico está solicitando informações
229 ou complementações, mas a Secretaria não recebeu solicitação de
230 complementação por parte do Agente técnico que analisava a parte da
231 educação ambiental. Sobre o MPO o Vice-Presidente disse que
232 deveriam verificar quais as providências a serem tomadas, e Hélio
233 Suleiman (Diretor Presidente da FABHAT), disse que iriam solicitar
234 esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos de revisão do Manual
235 assim como maiores informações sobre o projeto de educação
236 ambiental em questão. A plenária entrou em debates, cujo inteiro teor
237 encontra-se na ata taquigrafada e no tema se a educação ambiental
238 poderia ter um Termo de Referência específico, o plenário votou, por 11
239 votos foi aprovado que não seria incluído um Termo de Referência
240 específico, 5 votos foram contrários. Sem abstenção. Assim, devendo
241 constar no item d) As propostas deverão ser elaboradas em
242 consonância com os roteiros técnicos preparados pelos agentes
243 técnicos, conforme consta no item 4.1.1.1 do MPO, disponíveis em
244 [https://www.ambiente.sp.gov.br/fehidro/roteiros;www.sigrh.sp.gov.br/cbha](https://www.ambiente.sp.gov.br/fehidro/roteiros;www.sigrh.sp.gov.br/cbhat)
245 [t](https://www.ambiente.sp.gov.br/fehidro/roteiros;www.sigrh.sp.gov.br/cbhat). Também votaram a redação do item 8.2-Promoção de campanhas de
246 conscientização da população quanto à necessidade de ligação à rede
247 de esgotamento sanitário. O item 8.2 foi aprovado por 12 votos e 6
248 contra. O Secretário Executivo considerou que seria importante a
249 redação formal no item 8 e nos demais pertinentes, que o Plano da
250 Bacia Hidrográfica do Alto Tietê foi aprovado por uma Deliberação CBH-
251 AT, devendo constar o número específico, referente à abril de 2018.
252 Coube à Secretaria Executiva a correta complementação. Pela redação
253 final do item d) Para estudos, projetos, pesquisas e atividades afins:
254 Termo de Referência, conforme, Anexo I desta deliberação. E no
255 Quadro VII. Calendário FEHIDRO 2018 um Parágrafo único: Este
256 calendário poderá ser alterado mediante a deliberação do

257 CRH/COFEHIDRO. **5. INFORMES. 5.1 Plano de trabalho; Plano de**
258 **Aplicação e Plano de Ação e Programas de Investimentos –**
259 **FABHAT para o exercício de 2019.** Hélio Sulleiman (FABHAT)
260 apresentou, sucintamente, o plano foi aprovado pelo Conselho da
261 FABH-AT no dia 26 de outubro de 2018, com as metas e ações
262 estabelecidas para atingir o índice de 75%, aproximadamente 27 ações
263 dividido pela área técnica, a de apoio ao Comitê e a administrativa. A
264 metodologia estabelecida foi o PDCA, uma ferramenta da política de
265 qualidade continua que significa Planejar, Executar, Verificar e Agir. O
266 cronograma de follow up será bimestral verificando o andamento dos
267 trabalhos, agindo rapidamente e corrigindo se necessário. **5.2**
268 **Empreendimento FEHIDRO 2010-AT-542: Mapeamento de áreas**
269 **com potenciais riscos de contaminação das águas subterrâneas da**
270 **UGRHI-06 e suas regiões de recarga”.** O projeto foi concluído em
271 2003-14, onde a FABH-AT tomadora, e resta ainda o encaminhando
272 para dar publicidade ao projeto na interface com a Vigilância Sanitária,
273 DAEE e CETESB, também deverá passar ainda por todas as instâncias
274 do Comitê para depois entrar no Plano. **5.3. Plano de trabalho 2018.**
275 Os principais resultados foram (i) em julho terminaram o termo de
276 parcelamento das negociações com a SABESP relativo à cobrança
277 2014 a 2016 e Semasa, (ii) pelas atualizações no cadastro da cobrança
278 320 usuários entregaram seu volume declarado, significa um aumento
279 de 49% dos usuários fornecendo informação, sendo 70%
280 aproximadamente de perfil urbano e 30% industrial, (iii) ainda sobre o
281 processo de aprimoramento do cadastro da cobrança, atualmente
282 composto aproximadamente por 3100 usuários, foram emitidos os
283 boletos, mas 460 boletos retornaram devolvidos pelos correios, gerando
284 alto custo, mas já realizaram as ações corretivas, (iv) sobre os
285 inadimplentes já remeteram as informações consolidadas para a dívida
286 ativa e o Cadim. **5.4. Apresentação dos Logos FABHAT e CBH-AT.**
287 Foram apresentados os novos logotipos na concepção para a FABHAT
288 com as 6 subbacias integradas e a Agência como ente mediador do
289 Comitê e seus 6 Subcomitês. Para o Comitê, o azul da água e o verde
290 das áreas de proteção, identificando também os três segmentos
291 componentes do Comitê. **6. Outros assuntos.** Ana Sedlacek atualizou
292 as informações do processo eleitoral da sociedade civil apresentando a
293 quantidade de vagas de cada categoria e as entidades que se

294 inscreveram e foram consideradas habilitadas. Que foi encerrada a
295 apresentação de recursos, pela segunda instância, somente a
296 Universidade USCS apresentou recurso, foi considerada habilitada
297 compondo a categoria Universidades juntamente com a UFABC,
298 Unifesp e Senac. Compondo a categoria ONGs o Movimento em Defesa
299 da Vida - MDV, ECOAR, Engelab, Associação Ecológica Amigos do
300 Embu, MediaLab São Paulo, Instituto SIADES e UNIÁGUA. O próximo
301 passo será a divulgação das entidades habilitadas e não habilitadas, a
302 realização da assembleia da sociedade civil no prazo até fevereiro de
303 2019, decidindo sobre suas vagas para titulares e suplentes, e ainda a
304 posse, em março. Laura Stela Naliato Perez (SMA) disse que deveriam
305 se antecipar e de forma organizada decidirem sobre a renovação do
306 mandato do Presidente da FABH-AT que venceria em fevereiro de 2019
307 reconduzindo como Diretor Presidente da FABHAT Hélio Suleiman.
308 Tendo sido cumprida a pauta de trabalhos e não havendo mais
309 assuntos, o Secretário Executivo, o Diretor Presidente da FABHAT e o
310 Vice-Presidente do Comitê, agradeceram a todos pela colaboração do
311 colegiado, desejando boas festas e feliz 2019. O Vice-Presidente deu
312 por encerrada a reunião. Esta Ata constitui o resumo dos registros da
313 Ata completa, que contém o inteiro teor desta 9ª Reunião Plenária
314 Extraordinária, e foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina com
315 revisão da Secretaria Executiva do CBH-AT.

316 **José Auricchio Júnior**
317 Presidente do CBH-AT

318 **Luiz Fernando Carneseca**
319 Secretário Executivo do CBH-AT